



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Ata da 22ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2018

1 Em 24 de setembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Henri Dubois Collet e o presidente suplente Guilherme Augusto
6 Duarte de Faria, representantes da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
8 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Marília Jardim de
9 Sousa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Newton de Carvalho
10 Junior, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Junio Augusto
12 dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
13 Naturais Renováveis (Ibama); Eduardo Junqueira Santos, do Instituto Chico
14 Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor
15 produtivo: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado
16 de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da
17 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes
18 Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
19 (Sindiextra). Representantes da sociedade civil: Lígia Vial Vasconcelos, da
20 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo
21 Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de Rio
22 Paranaíba; Gabriel Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e
23 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
24 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
25 presidente Henri Dubois Collet declarou aberta a 22ª reunião da Câmara de
26 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**
27 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Thiago Rodrigues
28 Cavalcanti: “Na última semana, teve uma reunião da Câmara de Mineração do
29 COPAM, e foram muito citadas a Fiemg, a Codemig e a Faemg em função
30 daquela aprovação do plano de manejo da Estação Ecológica de Corumbá, que
31 nós aprovamos acho que há uns dois anos, mais ou menos. E uma reclamação
32 muito grande da entidade que se manifestou na CMI em função da atuação da
33 Fiemg e da Faemg nesta Câmara, na aprovação, inclusive, pedindo para que a
34 SEMAD revertesse a decisão desta Câmara de dois anos atrás. Eu só queria
35 deixar registrado e claro aqui que a posição da Fiemg naquele momento foi,
36 como é desde sempre, pautada no que a legislação estabelece e no que

37 contém nessa legislação a respeito de zona de amortecimento e plano de
38 manejo. Caso a entidade que reclamou quisesse alterar alguma coisa, tinha 30
39 dias para fazer um recurso. Eu acho que nós vivemos em um conselho que é
40 democrático e que tem seus momentos de discutir os assuntos. Eu acho que
41 tentar se utilizar de outra Câmara, que não tem a competência para isso, para
42 tentar reverter um posicionamento feito aqui por esta Câmara é no mínimo
43 desleal, para não dizer outra palavra. Então, eu queria deixar somente
44 registrado o posicionamento da Fiemg, que foi pautado única e exclusivamente
45 no que estabelece a legislação, tanto na Lei do Snuc quanto na nossa
46 legislação estadual. E dizer que foi extremamente desagradável ver isso escrito
47 no parecer de vista e dito em uma reunião.” Presidente Henri Dubois Collet:
48 “Realmente eu acho que é importante deixar muito claro, eu acho que essa
49 posição sua é muito importante, de mostrar a transparência do trabalho que nós
50 temos feito. E se há qualquer problema, qualquer situação ou qualquer coisa,
51 pode ser que tenha tido alguma situação de que não tínhamos conhecimento na
52 época, mas eu acho pouco provável, porque foi muito discutido. O plano de
53 manejo da Estação Ecológica de Corumbá levou em torno de quatro anos em
54 estudos, pesquisas, participações com a sociedade, várias audiências. Então,
55 foi muito discutido. Nos últimos dias, eu também participei muito das discussões
56 de definição de limites, e não há qualquer motivo para que realmente tenha que
57 mudar. Por que tem que mudar? Se tivermos, efetivamente, que fazer, tem um
58 prazo de cinco anos, após cinco anos, para rever esses limites, para discutir
59 novamente. Mas eu não vejo problema que façamos essa discussão no
60 momento oportuno. Mas já dizer que tivemos muito cuidado com todas essas
61 tratativas. Então, eu apoio as suas palavras, e nós estamos juntos e à
62 disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.” Conselheiro
63 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu tenho duas matérias para comentar. A
64 primeira é essa questão que o Thiago trouxe aqui. Eu não vou repetir todas as
65 palavras e o pronunciamento dele, mas dizer que nós estamos de pleno acordo
66 com a posição da Fiemg e aprovamos aqui, sim, com muita discussão, o plano
67 de manejo referido. E realmente a manifestação surgida na outra Câmara foi
68 absolutamente lamentável. Então, o nosso apoio, da Faemg, ao pronunciamento
69 do Thiago. E a outra questão que eu queria trazer aqui é a respeito do Cadastro
70 Ambiental Rural e do PRA. Eu manifestei aqui e em outras Câmaras a
71 preocupação com alguns fatos que estavam acontecendo. Nós tivemos na
72 Faemg uma reunião muito produtiva, muito interessante, entre a equipe da
73 Faemg e a diretoria do IEF – inclusive a Mariana e o diretor –, e a matéria era
74 realmente complicada. O que eu falei aqui não estava fora de cogitação, mas
75 encontrou-se um caminhar técnico muito positivo. Aí as esperanças de
76 que tenhamos aqui um Programa de Regularização Ambiental interessante. Os
77 perigos continuam. Nós poderíamos ter realmente um Programa de
78 Regularização Ambiental muito interessante.” Presidente Henri Dubois Collet:
79 “Realmente eu acho que é importante, sempre que aparecerem essas dúvidas,

80 que possamos imediatamente sentar, discutir, analisar, porque realmente
81 poderia haver algum problema no meio do caminho, o que foi esclarecido a
82 tempo e a hora. E nessa questão nós precisamos, sim, estar sempre juntos,
83 principalmente nessa proposta de estudos e levantamentos que estamos
84 fazendo, com participação em várias audiências, sobre o PRA e o CAR. Isso
85 aqui não é um trabalho único e exclusivo que o IEF está desenvolvendo, isso
86 aqui é realmente com a participação de todas as entidades da sociedade,
87 principalmente, para que, na hora em que chegar ao final do processo, estar
88 aprovado e caminharmos tranquilamente. Muito obrigado pelo seu apoio de
89 sempre, sempre atento e nos cobrando. E nós estamos sempre à disposição
90 também para participar dessas soluções.” **4) EXAME DA ATA DA 21ª**
91 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 21ª reunião da Câmara de
92 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 27 de agosto de
93 2018. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig,
94 Setur, UFV, Crea e Sedectes. Abstenção: Angá. Ausência: SEE. **5) STATUS**
95 **DO PREVINCÊNDIO. Apresentação: Gerência de Prevenção e Combate a**
96 **Incêndios/IEF.** Rodrigo Bueno Belo/IEF fez apresentação do status atual das
97 atividades de prevenção a incêndios florestais do Programa Previncêndio 2018.
98 **Debates.** Conselheira Isadora Martin Vianna: “Parabéns pela apresentação,
99 muito interessante. Eu gostaria de saber qual é a característica da APA do Rio
100 Pandeiros, qual é a principal causa de incêndio lá.” Rodrigo Bueno Belo/IEF:
101 “Pandeiros é uma APA extremamente extensa, uma área muito pouco habitada,
102 inclusive. Então, a tendência de ocorrência lá ficaria maior até pela dificuldade
103 de chegar. Então, tem areais e áreas que não são inacessíveis, mas de acesso
104 bastante dificultado. A maior parte das ocorrências que tivemos lá foram para
105 limpeza daquele terreno mesmo. Salvo engano, em 2017, nós tivemos uma área
106 bastante extensa afetada lá, com forte indício de que houve quase um
107 loteamento. Queimou uma área de quase 10 mil hectares. Foi um ano muito
108 bom para o Regional Alto Médio São Francisco. Se não fosse essa ocorrência,
109 teria sido um ano maravilhoso. Mas por conta de uma ocorrência, com forte
110 característica de que foi colocada para limpeza daquela área, nós tivemos essa
111 área atingida. Na região de Pandeiros, o que vemos é basicamente para
112 supressão da vegetação mesmo. E os usos são variados. Então, o que até
113 estávamos fazendo com a SEMAD era analisar o que ia acontecer com aquelas
114 áreas que foram atingidas por incêndios. Algumas delas foram atingidas, e não
115 aconteceu nada. Não se sabe se foi limpeza de pastagem para o gado
116 simplesmente ir ali pastar. Lá existem algumas áreas em que o gado é solto
117 para isso. E quando se vai ao proprietário ele nunca é o dono. ‘Quem soltou
118 esse gado?’ ‘É um cara lá’. E você vai olhar, a pessoa não tem nenhuma
119 relação com aquela área, ela simplesmente está arrendando a área ali. E eles
120 alegam muito que é ateadado fogo em áreas em que não existe autorização.
121 Então, alguém foi lá, soltou o gado e sabe quem é o proprietário. Eu acho que,
122 de Pandeiros, nós podemos dizer isso. Talvez seja para supressão da

123 vegetação, principalmente para renovação de pastagem. Mas estamos falando
124 de pastagens muito pobres ali.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Só
125 parabenizar pela apresentação e pelo esforço à frente do Previncêndio. Nós
126 sabemos das dificuldades e os avanços que têm acontecido. Eu acho que não é
127 surpresa para ninguém a importância disso. Nós sabemos que o fogo tem
128 acabado, dizimado as unidades de conservação. Nós temos avançado muito e
129 esperamos que continue assim e que o ano que vem, se não for um ano tão
130 bom quanto este, que estejamos cada vez mais preparados para lidar com
131 essas situações no Estado e que consigamos avançar. Parabenizar pelo
132 trabalho.” Rodrigo Bueno Belo/IEF: “Eu agradeço e aproveito a sua fala para
133 dizer uma coisa que eu sempre falo também. Incêndio florestal, nós temos
134 muitos conceitos que às vezes ficam enraizados e precisamos trabalha-los.
135 Várias coisas que são feitas hoje, amanhã talvez não nos sirvam. Então, ter a
136 mente aberta para o que acontece no cenário dos incêndios também é muito
137 importante. O Previncêndio trabalha um pouco sob essa ótica. Nós temos
138 enormes limitações, como todos, sejam elas, inclusive, de legislação mesmo,
139 como eu já citei aqui agora. Mas nós temos trabalhado, e o que buscamos muito
140 é isso. Seria mentira falar que o Previncêndio não é uma referência, pois ele
141 acaba sendo referência de programas estaduais, mas tem muito a melhorar
142 mesmo. Nós sabemos disso e contamos muito com essa participação e até
143 mesmo essa crítica, que venha efetivamente a nos ajudar a construir um
144 cenário melhor.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Parabéns ao IEF
145 pelo trabalho realizado, pela palestra feita. Dizer, presidente, que o Sistema
146 Faemg colabora, modestamente, mais colabora com o modelo de prevenção e
147 combate, tanto através de divulgação de todas essas questões que foram
148 levantadas, como através de cursos do Senar. E agora uma curiosidade, e eu
149 teria muita coisa para perguntar. O que é curso de soprador?” Rodrigo Bueno
150 Belo/IEF: “Soprador é uma ferramenta que foi desenvolvida para varrição, para
151 plantio de café, limpeza do café, e nós começamos a utilizar essa ferramenta
152 em 2013. Não é exclusividade do Brasil, outros países já utilizavam. Eu li há
153 muito tempo sobre sopradores usados na Austrália e nos Estados Unidos,
154 peguei algumas referências, principalmente de velocidade de vento na saída do
155 equipamento. É um equipamento que basicamente gera vento. Nós trabalhamos
156 com equipamentos um pouco mais potentes que sopradores de mão,
157 trabalhamos com o de costas, que fica nas costas do brigadista. Ele funciona a
158 gasolina, então, traz um risco para o operador. Mas tem trazido excelentes
159 resultados aqui em Minas. É uma ferramenta ainda nova se pensarmos que
160 desde 2013 começou a ser utilizada aqui em Minas, mas é até com muita
161 satisfação que eu falo dessa ferramenta, porque hoje ela virou vedete em várias
162 áreas. Vários outros Estados estão utilizando, e ela potencializa muito a ação do
163 brigadista. Eu não estou falando que o soprador vale por cinco, dois, três
164 brigadistas, não é isso, mas vemos que o brigadista ficou mais eficiente, com
165 menos esforço. Como toda ferramenta tem limitações, tem área em que ele não

166 se desenvolveu bem, mas de um modo geral, em Mata Atlântica, em Campos
167 de Cerrado, principalmente se não estiver muito sujo ou com muito acúmulo de
168 combustível, essa ferramenta tem sido excepcional, tem ajudado muito nos
169 combates.” Presidente Henri Dubois Collet: “Eu fico feliz e pedi justamente que
170 trouxéssemos essa apresentação do Previncêndio, porque eu acho que
171 devemos trazer o retorno das nossas ações e possivelmente da aplicação
172 desse recurso que recebemos de compensação. Parte dele está nessas
173 atividades. Parabéns, Rodrigo. Realmente nós vemos que estamos sempre
174 avançando com o Previncêndio. E essa ferramenta, o soprador, é motor
175 pequeno, leve, que está sendo utilizado. Principalmente nas áreas de campo, é
176 impressionante a rapidez com que se consegue debelar um incêndio, e em
177 outras áreas também. Como é uma ferramenta nova que está chegando, e o
178 pessoal não sabe utilizar, então, é importante essa capacitação que tem sido
179 feita pelo Previncêndio, pois crescemos e ganhamos realmente o tempo de
180 resposta. Principalmente do início do incêndio ao fim do incêndio, esse tempo
181 de resposta está sendo muito reduzido, em função desse combate a incêndio e
182 do uso dessa ferramenta. Eu acho que é muito prática, e acredito que o Senar
183 já deve estar de olho nisso. Porque nós tivemos várias atividades com o Senar,
184 e a atividade que mais me sensibilizou nesse projeto foi quando fizemos lá em
185 Milho Verde a ação comunitária. Na hora em que estávamos lá na reunião,
186 devia ter umas 50 pessoas, nós falávamos do incêndio, que não se pode pôr
187 fogo, e uma senhorinha, de repente, falou assim: ‘Mas vocês podiam nos ajudar
188 a criar galinha. Se a gente começar a ter galinha e produzir o ovo, tem muito
189 turista vindo querendo comprar o ovo da roça. E nós não temos. Então, nos
190 ajude.’ Em uma outra reunião que tivemos, nós levamos o Senar, que tem um
191 encarte sobre a criação de galinha caipira e fez essa distribuição. Aí, você
192 consegue realmente se envolver com a comunidade, que começa a entender
193 também o nosso trabalho e que nós não estamos ali só para chegar e apagar o
194 fogo. Não é isso, nós estamos ali para mostrar várias atividades e várias
195 possibilidades que temos de fazer parceria com essa comunidade toda que nos
196 ajuda. Porque no fundo eles estão nos ajudando. Então, realmente essa
197 questão do Senar é fundamental para nós.” **6) PROCESSOS**
198 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
199 **CONFORME POA 2018. 6.1) Fazenda Sequoia Ltda. Cafeicultura e**
200 **citricultura. Angelândia/MG. PA 06516/2013/001/2014. Classe 3.**
201 **Apresentação: GCA/IEF. RETIRADO DE PAUTA em 27/08/2018.**
202 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
203 Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig,
204 Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. Conselheiro Thiago
205 Rodrigues Cavalcanti: “O voto é favorável em todos os itens, mas nos itens 6.1
206 e 6.3 a manifestação é contrária à atualização do valor contábil líquido, como
207 sempre fazemos em todos os processos.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
208 “Também corroborando a manifestação da Fiemg, voto favorável, mas contra a

209 correção monetária no valor contábil líquido nos itens 6.1 e 6.3.” **6.2) Mesapec**
210 **Agropecuária e Extrativa Ltda. EPP. Fazenda Piripiri e Canabrava.**
211 **Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem**
212 **deslocamento de população atingida. Paracatu/MG. PA**
213 **15656/2009/001/2015. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
214 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
215 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá,
216 UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. **6.3) Luis Manuel Ramos Fachada**
217 **Martins da Silva. Fazendas São Mateus, Catuai, Planal. São Miguel.**
218 **Silvicultura. Minas Novas/MG. PA 10593/2009/002/2015. Classe 3.**
219 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
220 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra,
221 Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE.
222 **6.4) Mineração Duro na Queda Ltda. Estradas para transporte de**
223 **minério/estéril, extração de rocha para produção de britas com ou sem**
224 **tratamento, obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e**
225 **oficinas), pilhas de rejeito/estéril, posto de abastecimento, unidade de**
226 **tratamento de minerais (UTM), usinas de produção de concreto asfáltico.**
227 **Pouso Alegre/MG. PA 17620/2009/004/2017, DNPM 830.070/1993. Classe 3.**
228 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
229 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra,
230 Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE.
231 **6.5) Vale S/A. Barragens de geração de energia hidrelétrica. Rio Preto/MG.**
232 **PA 09299/2012/001/2012. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
233 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
234 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá,
235 UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. Destaque da GCA. Rodrigo Teribele/IEF:
236 “Eu só queria fazer um destaque no item 6.5, da PCH Melo. Houve um equívoco
237 no fator de correção que aplicamos. O valor de referência do empreendimento
238 ficou, em vez de R\$ 59 milhões, em R\$ 16.159.786,87. Com isso, o valor da
239 compensação, aplicado o grau GI, que não foi alterado, ficou em R\$ 71.911,05.
240 É a única alteração. O parecer continua sendo o mesmo, só o fator de correção
241 é que foi alterado.” Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: “Só para esclarecer que
242 o novo parecer vai ser disponibilizado no site, em substituição ao que está lá. O
243 que aconteceu é o seguinte. Vocês podem estar estranhando o valor de R\$ 59
244 milhões baixar para R\$ 16 milhões. É porque, quando o técnico foi atualizar a
245 tabela do TJ, utilizou-se atualização do ano de 1997, só que o valor que a
246 empresa já tinha repassado para nós já estava atualizado de 97 até julho de
247 2018. Então, a correção que nós deveríamos aplicar é só de julho de 2018 até
248 setembro de 2018. Foi essa a grande diferença que ocorreu no valor.” Rodrigo
249 Teribele/IEF: “Só para esclarecer que, inicialmente, a empresa mandou o valor
250 que chamamos de valor contábil líquido, que são para empreendimentos de

251 antes de 2000. O que foi um equívoco por parte da empresa também porque, na
252 verdade, ela adquiriu o empreendimento depois dessa data. Por isso, eles
253 mandaram um novo VR, e aí o equívoco do VR.” Nathália Luiza Fonseca
254 Martins/IEF: “É isso mesmo. Então, o novo parecer vai ser disponibilizado no
255 site, em substituição a esse, lembrando que o grau de impacto não sofreu
256 alteração, apenas o valor de referência que foi alterado, e isso influencia
257 diretamente no valor final a ser pago.” **6.6) Capital Mineração e Investimentos**
258 **Ltda. Centaurus Brasil Mineração Ltda. Barragem de contenção de**
259 **rejeitos/resíduos, estradas para transporte de minério/estéril, obras de**
260 **infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), pilhas de**
261 **rejeito/estéril, tratamento de água para abastecimento, tratamento de**
262 **esgotos sanitários, unidade de tratamento de minerais, estocagem e/ou**
263 **comércio atacadista de produtos químicos em geral, inclusive fogo; lavra a**
264 **céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro; postos**
265 **revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas,**
266 **subestação de energia elétrica. São João Evangelista/MG. PA**
267 **01626/2011/001/2012, DNPM 831.174/2005. Classe 6. Apresentação:**
268 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
269 Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg,
270 Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. **7) PROCESSOS**
271 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
272 **DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA**
273 **PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Supercal Pains Ltda.**
274 **Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem**
275 **tratamento. Arcos/MG. PA 00164/1996/011/2016. Classe 5. Apresentação:**
276 **Escritório Regional Centro-Oeste/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
277 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio,
278 Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes.
279 Abstenção: Angá. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Abstenção só em função
280 da decisão da IS de possibilitar a segunda metade da compensação de
281 substrato ferruginoso com quartzítico.” **7.2) Vale S/A. Complexo de Itabira.**
282 **Pilhas de rejeito/estéril. Itabira/MG. PA 00119/1986/116/2016, DNPM**
283 **930.641/1989. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.**
284 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
285 Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig,
286 Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes. Abstenção: Angá. **7.3) Vale S/A. Lavra a**
287 **céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro, pilhas de**
288 **rejeito/estéril, postos revendedores, abastecimento e postos flutuantes de**
289 **combustível. Rio Piracicaba/MG. PA 00118/1986/048/2015, DNPM**
290 **804.321/1975. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.**
291 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
292 Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig,

293 Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes. Abstenção: Angá. **7.4) Gerdau Açominas**
294 **S/A. Mina de Várzea do Lopes. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com**
295 **tratamento a seco. Minério de ferro. Itabirito/MG. PA 01776/2004/026/2017.**
296 **Classe 3. PA 01776/2004/028/2017. Classe 6. Apresentação: Suppri.**
297 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
298 **Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig,**
299 **Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes. Abstenção: Angá. Conselheira Lúgia Vial**
300 **Vasconcelos: “Só para fins de registro. Eu conversei com a gestora do**
301 **processo, a Mariana, e com o pessoal da Gerdau. Só para deixar claro em ata,**
302 **porque não está escrito no parecer, porque a compensação vai ser feita dentro**
303 **do Monumento Natural da Serra da Moeda, e essa unidade de conservação, a**
304 **princípio, parte dela foi criada com um acordo entre o Ministério Público e a**
305 **Gerdau no termo de ajustamento de conduta. Então, para ficar claro que essa**
306 **área objeto da compensação é diferente da área que foi objeto do termo de**
307 **ajustamento de conduta com o Ministério Público. Conversando com a equipe**
308 **da Gerdau, é uma área adquirida que não foi objeto da compensação com o**
309 **Ministério Público. Então, seria uma área de terceiro, a empresa adquiriu essa**
310 **área e, ouvida a gestora da unidade, optou por fazer a regularização fundiária.**
311 **Então, a Gerdau comprou essa área e está destinando a compensação. É uma**
312 **área diferente desse objeto porque senão eu acho que teria um conflito caso**
313 **fosse a mesma área objeto do termo de ajustamento de conduta. Só para deixar**
314 **isso claro, foi uma dúvida que eu tive. Eu queria deixar isso registrado em ata,**
315 **que em conversa com a empresa e com os técnicos isso ficou bastante**
316 **esclarecido.” Diogo, representante da Gerdau: “Só para reforçar, as áreas estão**
317 **sendo adquiridas com o propósito específico para atendimento da compensação**
318 **e são independentes do acordo judicial. Na verdade, é um acordo judicial.”** **8)**
319 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
320 **AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS**
321 **MINERÁRIOS. 8.1) Mineração Riacho dos Machados Ltda. Lavra a céu**
322 **aberto com tratamento a úmido, ouro; pilhas de rejeito, estéril. Riacho dos**
323 **Machados/MG. PA 11961/2009/002/2010, DNPM 831.005/1982. Classe 6.**
324 **Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade**
325 **nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra,**
326 **Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, SEE e Sedectes. 9)**
327 **RETIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE**
328 **RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E**
329 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO**
330 **ESTADUAL Nº 46.953/2016. 9.1) Retificação do Plano de Trabalho**
331 **ERCS/PESRM nº 06/2017. Parque Estadual da Serra do Rola Moça.**
332 **Compensação minerária Vale S/A. Aplicação de recursos advindos do**
333 **processo de Daia nºs 0023178-D, 00231179-D e 0023242-D. Linha de**
334 **Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca. Apresentação:**

335 **Gerente do Parque Estadual da Serra do Rola Moça/IEF.** Retificação de
336 plano de trabalho deferida por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF.
337 Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur,
338 Angá, UFV, Crea, SEE e Sedectes. **10) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
339 **PARA EXAME DE REVISÃO. 10.1) Água Nova Pesquisas Minerais Ltda. Ex-**
340 **lamgold Brasil Prospecção Mineral Ltda. Pesquisa mineral com supressão**
341 **de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, sem**
342 **Guia de Utilização. Onça do Pitangui/MG. PA 17700/2012/001/2012. Classe**
343 **3. Alteração de prazo conforme cronograma. Regularização Fundiária.**
344 **Apresentação: GCA/IEF.** Revisão deferida por unanimidade nos termos do
345 Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg,
346 Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, SEE e Sedectes. **10.2) Thales**
347 **Bittencourt Marcelos (Vinicius Lacerda Dall'Armellina e Fernanda Vieira**
348 **Marçal). Construção de habitação/residência unifamiliar. Condomínio**
349 **Pasárgada. Nova Lima/MG. Intervenção Ambiental Sem AAF. PA**
350 **09010001084/15. Retificação do Parecer Único ERFB-CS nº 176/2015.**
351 **Apresentação: Escritório Regional Metropolitano/IEF.** Revisão deferida por
352 unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama,
353 ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, SEE e
354 Sedectes. **11) INFORMES. 11.1) Retificação das notas técnicas referentes**
355 **aos planos de trabalho deliberados pela CPB entre outubro de 2017 e**
356 **junho de 2018, devido a necessidade de considerar as atualizações**
357 **monetárias do TJMG nos cálculos apresentados, conforme previsão do**
358 **artigo 8º da Portaria IEF nº 27, de 7 de abril de 2017. Apresentação:**
359 **GCA/IEF. Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: “Eu só quero esclarecer que**
360 **esse item 11.1 está vindo como informe porque todos os planos de trabalho que**
361 **são aprovados na reunião da CPB têm uma nota técnica da Gerência de**
362 **Compensação a qual se manifesta em relação ao plano de trabalho que está**
363 **sendo apresentado. Todos os planos de trabalho até hoje aqui aprovados por**
364 **mim, que a gerência trouxe, tem uma nota que acompanha um anexo. Essas**
365 **notas todas contêm as informações em relação à bacia a qual está recebendo**
366 **recurso, à unidade de conservação que está recebendo e ainda a informação de**
367 **valores. Eu sempre coloco até uma tabelinha com um resuminho dos valores de**
368 **qual processo está sendo retirado o recurso, o saldo remanescente desse**
369 **processo. Então, tem todo o histórico de valores nessa nota técnica. Quando eu**
370 **fui fazer uma revisão de todos esses valores, eu verifiquei que houve um**
371 **equivoco em relação à atualização desses recursos. Eu quero deixar claro que**
372 **em nenhuma das notas houve alteração da manifestação da gerência em**
373 **relação aos planos de trabalho. Essas notas vão vir apenas para retificar os**
374 **valores nos quais não estavam sendo consideradas as atualizações. Eu destaco**
375 **que todas as notas retificadas estarão disponíveis no site. Então, nós vamos**
376 **substituir as notas antigas pelas novas, retificadas. Então, os valores agora de**

377 todas as notas estão considerando as atualizações. De acordo com a Portaria
378 27, nós temos que atualizar os valores de compensação mensalmente, e esse
379 'mensalmente' não estava sendo considerado nas notas técnicas. Então, para
380 ter mais clareza e mais transparência em relação aos valores os quais estão
381 sendo disponibilizados para os planos de trabalho, eu fiz esse levantamento
382 desses valores dessas notas técnicas, e todas elas foram corrigidas desde
383 outubro de 2017 até agora. Esse plano de trabalho, inclusive, essa retificação
384 que acabou de ser aprovada nesta Câmara, já está com o plano de trabalho
385 retificado, considerando as correções monetárias pela tabela do TJ de todos os
386 custos. Se alguém tiver alguma dúvida, eu estou à disposição. E as notas serão
387 disponibilizadas com os valores corretos no site da SEMAD." **11.2)**
388 **Levantamento dos processos de compensação ambiental em que houve**
389 **repasso de recursos aos órgãos municipal e federal entre os anos de 2005**
390 **a 2018. Apresentação: GCA/IEF.** Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF
391 apresentou à Câmara o levantamento de repasses de recursos de
392 compensação ambiental entre 2005 e 2018, em atendimento a solicitação
393 registrada em reunião anterior da CPB. A apresentação foi disponibilizada no
394 site da SEMAD. Debates. Presidente Henri Dubois Collet: "Foi uma solicitação
395 feita acho que na última reunião. É importante trazer esses dados e também
396 fazer esse registro das providências que vão ser tomadas de envio das
397 correspondências aos municípios. De imediato? Ok." Conselheiro Marcelo
398 Ribeiro Pereira: "No caso do ICMBio, o recurso foi entregue para o ICMBio ou
399 diretamente para as unidades? É uma curiosidade." Nathália Luiza Fonseca
400 Martins/IEF: "Os recursos que vão para o ICMBio são tratados direto com o
401 empreendedor e o ICMBio. Eu não sei como é a forma que o ICMBio faz
402 atualmente, mas antes tinha um depósito em uma conta da Caixa Econômica
403 Federal. Eu acho que hoje isso não acontece mais, porque tem a execução
404 direta do fundo privado etc. Os recursos anteriores a 2017, a 2016, tinha uma
405 conta na Caixa Econômica Federal na qual o empreendimento fazia o depósito
406 para o ICMBio. O mesmo acontece para os municípios. Quando tem algum
407 repasse para algum município, ocorre o depósito em conta específica desse
408 município, o depósito é feito diretamente do empreendedor para a conta da
409 prefeitura. A única coisa que controlamos é o comprovante de depósito, que é
410 enviado via empreendedor para o IEF. Os recursos de compensação estaduais
411 são pagos via DAE, então, ocorre aquela divisão: o que é para o município e o
412 que é para o Estado. Para o Estado, ocorre a emissão de um DAE para
413 pagamento. Para o município, ocorre depósito em conta específica do
414 município. O IEF entra em contato com o município e pergunta, via telefone, via
415 oficial, qual é a conta na qual o município deseja que o recurso seja
416 disponibilizado. Todos os municípios têm ciência do recurso que estão
417 recebendo, assim como o ICMBio também tem." Conselheiro Marcelo Ribeiro
418 Pereira: "Existe uma previsão legal? Por exemplo, eu fiz uma comunicação com
419 o município ou com o ICMBio, e não teve uma resposta. Tem previsão para

420 tentar reaver o recurso?” Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: “Legalmente, no
421 nosso decreto nem no POA tem previsão. A única previsão que tem, no POA, é
422 que os municípios têm que fazer a prestação de contas a cada dois anos, não
423 do recurso totalmente gasto, mas que seja uma prestação de contas parcial. E
424 daquilo que não foi gasto tem que planejar a execução. Então não tem uma
425 previsão de reaver esse recurso ou uma previsão, por exemplo, recebeu o
426 recurso hoje e tem dois anos para gastar. Não existe uma previsão no nosso
427 decreto em relação a isso.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Não existe
428 nenhuma forma de criar um mecanismo disso sem ser via decreto, por
429 exemplo? Porque é muito ruim entregar o recurso e praticamente não haver
430 obrigação nenhuma de se executar. Se não tem obrigação de devolver, fica a
431 possibilidade de destinar para outro fim e passar. Ainda mais em gestões
432 municipais, que podem ter uma alternância de poder do governo.” Presidente
433 Henri Dubois Collet: “Eu participei de uma reunião da CPB, mas francamente
434 não lembro em qual período, se foi na minha época no Previncêndio, na
435 SEMAD, ou se já foi no IEF. Mas a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro veio
436 apresentar uma prestação de contas. Eu não estava ligado direto ao processo,
437 não acompanhei o processo, mas lembro que eles trataram aqui sobre uma
438 questão de um muro, de cerca, e a unidade foi cercada. Não foi naquele
439 montante de R\$ 9 milhões, mas um valor considerável, acho que em torno de
440 R\$ 6 milhões. E eu me assustei com o preço da cerca. Então, realmente,
441 ficamos com essa preocupação de como é aplicado esse recurso. Eu acho que
442 podemos pensar em alguma proposta para trazer um controle maior sobre isso.
443 Por exemplo, esse levantamento, eu acho que foi o Carlos que pediu, e
444 realmente é fundamental que tenhamos essas informações talvez de seis em
445 seis meses. Porque aprovamos aqui tanta coisa, essas compensações todas. E
446 simplesmente aprova e fica por isso mesmo? Eu acho que não pode.
447 Realmente, eu acho que esse levantamento está nos mostrando que
448 precisamos ter algum controle a mais.” Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: “Eu
449 até conversei isso com o Guilherme, na semana passada. A nossa intenção é
450 incluir um texto, que seja no POA, a princípio, e depois podemos até
451 regulamentar isso se sair um novo decreto. Nós estamos até propondo uma
452 redação para o novo POA, de 2019, incluir um prazo de execução desses
453 recursos, e, caso esses recursos não sejam executados ou caso não haja a
454 prestação de contas devidamente justificada, de tempos em tempos, que esse
455 recurso possa ser revisto para as unidades. Então, nós já estamos com essa
456 proposta de inclusão para o POA de 2019. A princípio, talvez seria uma forma
457 de tentar regulamentar isso um pouco, pelo menos amarrar essa obrigação de
458 execução o mais rápido possível dentro do plano operativo anual. A princípio, é
459 essa a nossa ideia. Provavelmente, o POA de 2019 já vai vir com essa linha de
460 raciocínio.” Presidente Henri Dubois Collet: “De repente, em cima da
461 correspondência que será enviada, chamar três deles para a cada reunião –
462 definido por valores, por exemplo, os maiores primeiro – para trazer aqui uma

463 prestação de contas perante o Conselho do que foi feito efetivamente. Pode ser
464 que cheguem aqui e digam 'já prestei conta para a empresa'. Então, tragam a
465 cópia, venham aqui e façam uma pequena apresentação. Eu acho que
466 poderíamos colocar isso, eu não sei o que os conselheiros entendem."
467 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Voltando à apresentação feita, tem
468 valores altíssimos, e realmente esse próximo passo da GCA é importantíssimo
469 para saber. Porque fica muito feio, nós aprovamos, mandamos o dinheiro, e é
470 isso aí." Conselheira Isadora Martin Vianna: "Se eu não me engano, na última
471 reunião, nós tivemos um caso em que estavam solicitando parte dos
472 rendimentos porque não tinham utilizado o recurso, e o recurso teve
473 rendimento. E foi tirado de pauta para maiores esclarecimentos. Eu gostaria de
474 saber o que pode ser feito com esses rendimentos. Se está na conta, e os
475 municípios não utilizaram, creio eu que está rendendo. Eu gostaria de algumas
476 informações a respeito disso." Guilherme Augusto Duarte de Faria/IEF: "Após
477 aquela reunião, nós iniciamos um debate dentro do IEF. A legislação não fala,
478 especificamente, sobre os rendimentos, então, temos que entender melhor
479 como tratá-los. E até identificamos, naquela reunião, uma série de confusões
480 que hoje acontece, porque alguns municípios que recebem mais de uma
481 compensação depositam essa compensação na mesma conta, e aí gera uma
482 complicação de como entender o que é rendimento de cada compensação
483 dentro daquela conta. Em uma conversa também com a Nathália após aquela
484 reunião, a partir de agora vamos solicitar que aqueles recursos sejam
485 depositados em conta específica por compensação ou por unidade, para que
486 consigamos identificar o que é rendimento que deve ser destinado para cada
487 unidade e não ter aquela confusão mais de o município chegar e falar 'eu quero
488 usar todo o rendimento dessa conta', que são várias compensações, com várias
489 unidades, 'em uma unidade só'. Então, nós temos que criar um mecanismo para
490 que isso não aconteça mais. Quanto ao passado, não temos uma resposta
491 definitiva ainda, mas a tendência é que o rendimento acompanhe o principal,
492 então, que o rendimento seja aplicado e tratado como valor principal
493 depositado. Se o rendimento é devido de uma compensação X que afetou a
494 unidade, que ele seja tratado daquela maneira, seja aplicado apenas naquela
495 unidade. Como a legislação não trata, nós temos que usar como parâmetro
496 outras legislações, legislações de convênios, talvez, que falem um pouco sobre
497 isso. É uma conversa que está acontecendo ainda dentro do IEF, é um
498 entendimento que estamos construindo para depois, talvez, ver como
499 conseguimos normatizar isso, minimamente, com uma nota técnica orientativa.
500 Para o próximo POA, talvez já incluir essa amarra da conta específica para que
501 isso não aconteça mais." **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos
502 a serem tratados, o presidente Henri Dubois Collet declarou encerrada a
503 sessão, da qual foi lavrada esta ata.
504
505

506
507
508
509
510
511
512

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet
Presidente da Câmara de Proteção à
Biodiversidade e de Áreas Protegidas